



Texto Livre: Linguagem e Tecnologia

E-ISSN: 1983-3652

revista@textolivre.org

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Fiorin, José Luiz

A internet vai acabar com a língua portuguesa?

Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 1, núm. 1, enero-julio, 2008, pp. 2-9

Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=577163637002>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A internet vai acabar com a língua portuguesa?

José Luiz Fiorin – Universidade de São Paulo

A língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros.
Oswald de Andrade. *Pau Brasil*. São Paulo: Globo, 1990, p. 66

RESUMO: A questão acima pode ter dupla interpretação. A primeira é que, na internet, os usuários não se incomodam em escrever bem e suas “agressões” à língua ameaçam-na de descaracterização e acabarão por levá-la à decadência. A segunda é que o inglês terá um domínio tão avassalador na internet que o português acabará desaparecendo.

A questão acima pode ter dupla interpretação. A primeira é que, na internet, os usuários não se incomodam em escrever bem e suas “agressões” à língua ameaçam-na de descaracterização e acabarão por levá-la à decadência. A segunda é que o inglês terá um domínio tão avassalador na internet que o português acabará desaparecendo. Comecemos pelo primeiro sentido, que é o mais interessante de debater.

Em artigo publicado na revista *VEJA* de 12 de setembro de 2007, Jerônimo Teixeira afirma que atualmente os idiomas nacionais “sofrem todo tipo de pressão desestabilizadora”, porque “a globalização e a revolução tecnológica da internet estão dando origem a um ‘novo mundo lingüístico’” (p. 89). “Entre os fenômenos desse novo mundo estão as subversões da ortografia presentes nos blogs e nas trocas de e-mails e o aumento no ritmo da extinção dos idiomas” (p. 89). “Em tempos de internet, as línguas, por natureza refratárias a arranjos de gabinete e legislações impostas de cima para baixo, podem comportar-se como potros indomáveis. Quem vai ligar para as novas regras do uso do hífen quando mantém longas e satisfatórias conversações na internet usando apenas interjeições e símbolos gráficos como os consagrados ‘emoticons (...)’?” (p. 89-90). A língua sofre “ataques deformadores diários nos blogs e chats”, que são escritos num “linguajar trivial” (p. 91).

O autor parte do princípio de que a internet leva a uma deformação do idioma, a sua desestabilização e de que nela a linguagem usada é pobre e trivial. Isso significa que as línguas nacionais estão em perigo.

O primeiro equívoco daquele que escreveu o artigo supracitado é a idéia de que as línguas decaem sob influência de agressões de seus usuários, os “ataques deformadores” que elas sofrem. Subjacente a essa afirmação, está a concepção de que a mudança lingüística é uma degeneração da língua.

Os falantes, quando tomam consciência da mudança, costumam manifestar, na maioria das vezes, uma atitude negativa em relação a ela: a transformação da língua seria uma espécie de decadência; a mudança estaria empobrecendo a língua, ocasionando sua degeneração, transformando-a para pior. Às vezes, alguns falantes têm uma atitude positiva a respeito dela: pensam que ela significa simplificação e, portanto, está tornando a língua mais prática e, por conseguinte, melhor.

Essas duas concepções do senso comum já tiveram acolhida entre os lingüistas, mas foram completamente abandonadas por não terem nenhuma base na realidade dos fatos. No século XIX, os lingüistas, em consonância com a visão de mundo da época, diziam que as línguas antigas estavam num estágio superior de desenvolvimento quando comparadas com as línguas modernas, que representariam um momento de decadência, de declínio, de perda da capacidade de expressão. O motivo desse ponto de vista é que se pensava que uma morfologia com uma maior quantidade de desinências permitia uma maior capacidade de expressão, por realizar um número maior de

distinções. Para entender isso, era como se alguém julgasse que o português possibilitesse maior aptidão para dizer as coisas do que o inglês, porque em português há uma forma diferente para cada pessoa do verbo em cada tempo de cada um dos modos. Viu-se, com o conhecimento maior da estrutura das línguas, que isso era despropositado, porque os idiomas têm mecanismos diversos para exprimir o que o falante deseja expor. Esses mecanismos não têm que ser necessariamente morfológicos, eles podem ser sintáticos, por exemplo.

Nessa concepção de decadência das línguas, concebia-se a História como um processo degenerador, porque degradava as estruturas da língua. É, por isso, que ganha relevo, na ciência da linguagem, a reconstituição do passado, para chegar ao que seria uma espécie de estado de perfeição das línguas.

Já no final do século XIX, em outro contexto ideológico, alguns lingüistas dizem que, ao longo de sua história, as línguas progridem, caminham em direção de formas mais aperfeiçoadas, pois permitem maior clareza e precisão na fala e, ao mesmo tempo, exigem dos falantes menor esforço de memória e mesmo menor dispêndio de energia muscular: as formas tornam-se mais breves, desenvolvem-se estruturas analíticas com o abandono das flexões, a ordem das palavras torna-se fixa, as formas irregulares são regularizadas. A história humana era então concebida como um processo contínuo e linear de evolução, passando dos estágios mais primitivos para os mais aperfeiçoados.

A lingüística atual não aceita nenhuma das duas teses. A mudança lingüística não é vista nem como progresso, nem como degeneração. Como diz Mattoso Câmara, "a palavra *evolução*, em lingüística, pressupõe apenas um processo de mudanças graduais e coerentes". Ferdinand de Saussure mostra, no início de século XX, que a língua é um sistema de valores puros, é um todo cujos componentes estão em relação de oposição e de dependência. Esse complexo de relações constitui um objeto que se basta em si mesmo, pois conhece apenas sua ordem. Se o sistema se basta a si mesmo, se há em cada estado da língua um equilíbrio entre as partes, a mudança não pode ser considerada nem degeneração nem melhoria, mas um processo pelo qual as línguas "passam de um estado de organização a outro". Altera-se o modo como o sistema se configura, mas a organização não deixa de existir. As línguas não decaem nem progridem, elas mudam.

Que mudanças estão sendo ocasionadas pela internet? O lingüista David Crystal faz interessantes afirmações, infelizmente não compreendidas pelo autor, na mesma reportagem acima citada: "está surgindo o que chamo de *netspeak*, 'fala da rede', ou comunicação mediada pelo computador. (...). Existem curiosos fenômenos de ortografia, o uso de sinais tipográficos e dos chamados emoticons. Mas, se procurarmos por novas palavras ou uma nova gramática na internet, não encontraremos muita coisa" (p. 93). David Crystal tem razão: a língua não está mudando com a internet, pois não estão sendo alterados o sistema fônico, o sistema gramatical e o fundo léxico comum, que determinam o "caráter" de um idioma.

O fundo léxico comum é tão resistente quanto a gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. O resto do vocabulário pode modificar-se mais ou menos rapidamente, porque reflete a vida sócio-econômica de um povo. Portanto, o que está em questão, quando se fala em descaracterização do idioma, é o fundo léxico comum. Este, no caso dos idiomas românicos, é formado de palavras herdadas do latim, de elementos autóctones, que são palavras vindas das línguas faladas pelos povos pré-românicos, de palavras germânicas. Ainda, deve-se considerar a existência de palavras eslavas no romeno e palavras árabes, nas línguas faladas na península ibérica. No caso das línguas românicas, são latinas as preposições e as conjunções, os pronomes, os numerais, os advérbios, a maioria dos verbos antigos e muitos adjetivos. A situação é diferente no âmbito dos substantivos. Dado que eles denominam objetos materiais, que, como produtos da atividade humana destinados a

satisfazer as necessidades correntes da vida, modificam-se e renovam-se incessantemente, ou noções abstratas, que estão submetidas a mutações devidas à marcha da História, são a classe que sofre maiores alterações. No entanto, pertencem ao fundo léxico comum os nomes de partes do corpo e dos laços de parentesco, termos relativos à casa (mobiliário, etc.), nomes de animais domésticos e selvagens, nome das ocupações mais antigas, relacionadas à agricultura, ao pastoreio, ao artesanato, etc., nomes de plantas, vocábulos designativos de fenômenos da natureza, nomes dos astros, dias, meses e estações do ano, termos religiosos que expressam convicções muito antigas, palavras que indicam virtudes e vícios, etc. Todos esses são, em geral, termos herdados do latim. Do germânico provieram vocábulos concernentes à vida jurídica e política (por exemplo, guerra, feudo, banir) e alguns adjetivos (por exemplo, branco, franco). Do árabe, recebemos, no português, palavras referentes ao exército (por exemplo, almirante), à administração (por exemplo, aldeia), à indústria (por exemplo, alambique), ao comércio (por exemplo, fardo), a vários objetos de uso corrente (por exemplo, alfinete).

Como se pode depreender dessa explicação do que é o fundo léxico comum, ele não está sendo afetado por umas dezenas de empréstimos do inglês, como *mouse*, *deletar*, *printar*, etc. Observe-se que o ingresso de um verbo por empréstimo se faz pela primeira conjugação, que é a única conjugação produtiva no português moderno.

O que acontece, pois, é que o que se chamam “agressões” ao idioma, praticadas na internet, não passa do uso das variedades populares em blogs, chats, etc.

Volta a pergunta: que é que a internet está promovendo em termos lingüísticos. Nada na língua. Há, de um lado, **a questão da ortografia**; de outro, **o aparecimento de uma nova práxis enunciativa**.

1) Preliminarmente, é preciso destacar que, embora haja diferenças entre a maneira de compor um texto oral e um texto escrito, a ortografia é uma convenção por meio da qual se representam as formas faladas da língua. Isso significa que nenhuma mudança ortográfica representa transformação da língua. A ortografia na internet caracteriza-se pela simplificação: dessa forma, evitam-se letras maiúsculas, deixam-se de lado muitos sinais de pontuação e não se grafam todas as letras. No entanto, ao contrário dos que têm uma visão catastrofista dos acontecimentos todos, a simplificação ortográfica da internet é absolutamente regrada: usa-se o menor número de letras possível, substituindo grupos gráficos (dígrafos, encontros consonantais) por sons equivalentes (aqui > aki); evitam-se os diacríticos que exigem um esforço maior de digitação pela forma equivalente do ponto de vista fônico sem diacrítico (não > naum: na primeira forma temos cinco toques, na segunda, quatro); eliminam-se os sinais de pontuação e outras convenções gráficas, quando não houver qualquer dificuldade de leitura (assim, a letra inicial do período é grafada em minúscula: lembremo-nos de que, ao longo da constituição da nossa grafia, muitas das convenções que hoje nos parecem naturais não existiam em certas épocas, como, por exemplo, os espaços entre as palavras); descartam-se letras, quando a palavra puder ser lida sem elas sem nenhum problema (beleza > blz, gt > gata; hj > hoje; tds > todos; rs > risos: observe-se que sempre se mantêm as consoantes, o que segue um princípio da constituição da escrita alfabetica, que aparece entre os fenícios, que falavam uma língua semítica, onde a alternância vocálica é absolutamente regular, de que é necessário grafar apenas as consoantes; evidentemente, em nossas línguas não é possível dispensar as vogais; no entanto, a grafia apenas das consoantes, em algumas palavras, pode permitir-nos a leitura sem qualquer problema). Além disso, muitas vezes, empregam-se formas que reproduzem a fala (triste > tristi; ovo > ovu: como se sabe, não há vogais mediais em posição final em português). Diz que na internet as pessoas cortam as palavras. Dizem *tadinho* em vez de *coitadinho*. Isso não é peculiaridade dos gêneros da internet, mas é próprio da linguagem falada. Poder-se-ia, pois, dizer que, além da simplificação, há uma oralização da linguagem na internet e esse traço atinge até a ortografia. Outros usos que se julgam específicos da internet foram

empregados na literatura: por exemplo, alongamento das vogais, para indicar ênfase (por exemplo, adoreeeeeeeeeeee) ou letras maiúsculas para acentuar alguma coisa (por exemplo, ele é um IDIOTA). Veja-se, por exemplo, a *Ode marítima*, poema de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa.

Isso vai impedir que os internautas aprendam ortografia? Não necessariamente. Quando tomamos nota, também abreviamos, também simplificamos e nem, por isso, deixamos de grafar corretamente as palavras em outra situação. É evidente que acostumar-se a escrever assim poderia causar algum problema, pois o aprendizado da ortografia é a fixação de uma imagem e poderia vir à mente uma imagem errada no momento de escrever. No entanto, isso não acontece com pessoas que foram bem alfabetizadas. O problema, portanto, é de escola e não de internet. É preciso que os professores trabalhem com a realidade lingüística em que vivem. É necessário considerar essa maneira de escrever ao trabalhar com a ortografia. Por outro lado, os que têm uma visão catastrofista deveriam preocupar-se com relação ao fato de que, independentemente da internet, nossa escola tem conseguido péssimos resultados no ensino de redação em geral e de ortografia em particular.

2) A outra mudança importante é que se está diante de uma nova práxis enunciativa.

A expressão *práxis enunciativa* foi introduzida na semiótica discursiva para operacionalizar na análise uma preocupação recorrente de Greimas: a de que o caráter idioletal dos textos individuais não pode fazer esquecer o caráter eminentemente social da comunicação humana (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 171-202). Há duas ordens de restrições que determinam a enunciação: de um lado, o sistema da língua; de outro, os limites, de caráter sociocultural, impostos pelos hábitos, pelas ritualizações, pelos esquemas, pelos gêneros, pela fraseologia, etc. A enunciação individual não se realiza independentemente das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível. Os usos sedimentados, resultantes da história, determinam todo ato de linguagem. O enunciador, no momento da enunciação, convoca, atualiza, repete, reitera um “já dado” (gêneros, modos de dizer, etc.), mas também revoga-o, recusa-o, renova-o e transforma-o. Há um domínio do impessoal que rege a enunciação individual. É preciso ficar claro, no entanto, que, muitas vezes, a enunciação individual insurge-se contra esses modos de dizer sedimentados, dando lugar a práticas inovadoras, que criam significações inéditas. Esses enunciados, assumidos, por sua vez, pela prática coletiva, podem consolidar-se em novos usos, que, por sua vez, podem ser eliminados. O discurso literário exibe uma tensão entre conservação e revolução das formas. Na “Carta pras icamiabas”, capítulo do livro *Macunaíma*, Mário de Andrade, por meio da paródia de um texto de um autor classicizante, ridiculariza a práxis enunciativa dos pré-modernistas, com sua sintaxe clássica, seu léxico preciosista e até arcaizante, suas citações latinas, etc. Stanislaw Ponte Preta, na crônica *O repórter policial*, ironiza a práxis enunciativa desse profissional da imprensa em sua época: “Qualquer cidadão que vai à Polícia prestar declarações que possam ajudá-la numa diligência (apelido que eles puseram no ato de investigar) é logo apelidado de testemunha-chave. Suspeito é Mister X, advogado é causídico, soldado é militar, marinheiro é naval, copeira é doméstica e, conforme esteja deitada, a vítima de um crime – de costas ou de barriga – fica numa destas duas incômodas posições: decúbito dorsal ou decúbito ventral” (1986, p. 34).

A práxis enunciativa da internet está, em primeiro lugar, criando novos gêneros, como o blog, o chat, o e-mail, etc. O que são efetivamente gêneros do discurso?

Todos os textos que produzimos sejam eles orais ou escritos, ou manifestados por qualquer outra linguagem, são sempre a materialização de um gênero. Assim, por exemplo, uma conversa com amigos é diferente de uma conversa com os pais, uma aula é distinta de um sermão, uma carta comercial é diversa de uma carta de amor, um filme de bang-bang é diferente de um filme policial,

uma novela de época é distinta de uma novela urbana e assim por diante. Todos os textos são produzidos dentro de um gênero, todos os textos são manifestações de um gênero.

Bakhtin diz que os gêneros são organizações relativamente estáveis caracterizadas por uma temática, uma forma composicional e um estilo. A temática não é o assunto de que trata o texto, mas é a esfera de sentido de que trata o gênero. Assim, numa conversa de amigos, a temática são os acontecimentos de nossa vida mesmo íntima; numa oração, a temática é o agradecimento ou a súplica a Deus, à Virgem ou aos santos; numa carta comercial, a temática são negócios; num requerimento, a temática é um pedido a uma autoridade pública. A forma composicional é a estrutura do texto. Assim, uma carta comercial tem lugar e data, assunto, fórmula de cortesia, assinatura. O estilo é o conjunto de marcas lingüísticas exigidas por um gênero. Deste modo, numa carta comercial, é preciso usar uma linguagem formal, donde estão excluídas quaisquer expressões afetivas; é necessário utilizar a norma culta; deve-se ser conciso e direto. Numa carta a um amigo ou parente, o estilo é completamente outro (*Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 277-326).

Os gêneros são inúmeros, pois eles dizem respeito à esfera das atividades cotidianas (relações de amizade, convívio familiar, etc.), bem como à esfera das atividades institucionalizadas (prática religiosa, atividades escolares, relações jurídicas, etc.). Em cada uma dessas esferas de atividade, há inúmeros gêneros textuais. Por exemplo, na prática religiosa, temos o sermão, a oração, as fórmulas rituais, etc. No nível das atividades jurídicas, há a petição, a sentença, etc. Na esfera das atividades jornalísticas, temos, por exemplo, o gênero editorial, em que se opina sobre os acontecimentos, e o gênero notícia, em que se dão informações sobre os acontecimentos.

A comunicação pela internet, como dissemos, cria novos gêneros. Eles caracterizam-se por um estilo que é marcado, de um lado, pela informalidade; de outro, pela oralidade. Essas são as duas características mais marcantes da linguagem na Internet.

As pessoas acham que escrita e fala são a mesma coisa, que a escrita é uma transcrição da fala ou que a fala é uma oralização da escrita. Não é verdade. Falar é diferente de escrever. A escrita e a fala são modalidades distintas da linguagem, pois constroem sentidos de modo diverso, com estratégias e procedimentos diferentes. Na verdade, a relação entre elas é muito complexa. Cabe lembrar, em primeiro lugar, que a oralidade é condição necessária, porém não suficiente, da fala. Quando lemos, por exemplo, um texto previamente escrito, temos uma manifestação oral da linguagem, mas não temos a construção de um texto falado.

Essas modalidades têm funções diferentes na sociedade. Há certos gêneros, como o debate, a exposição, o bate-papo, que só se realizam oralmente, e há outros, como a lei, a sentença judicial, o parecer, que só se realizam por escrito.

Quando se produz um texto, ele é produzido para alguém, que é seu receptor. O texto falado é recebido ao mesmo tempo em que é elaborado. Enquanto o emissor vai construindo o texto, o receptor vai ouvindo-o. Na escrita, é diferente, pois o texto é lido só depois de ter sido escrito, depois de estar pronto. Dessa característica resultam várias distinções entre um texto escrito e um texto falado.

a) Na fala, a recepção ocorre no interior de uma situação de interlocução, ou seja, dentro de uma cena enunciativa, que compreende dois participantes (os interlocutores) e se passa num determinado tempo e num dado lugar. Essa cena é a instância de instauração de um *eu* (pessoa que fala), um *tu* (a pessoa com quem se fala), um *aqui* (o lugar onde está o *eu*), um *agora* (o momento em que o *eu* toma a palavra). A partir do *eu/aqui/agora*, ordenam-se todas as pessoas, os tempos e os espaços colocados no discurso. Ora, na fala, não é preciso explicar ao interlocutor a que o emissor se refere, quando diz *eu*, *aqui*, *agora*, *ontem*, *hoje*, *lá*, *ele*, etc. O sentido desses elementos lingüísticos é retirado da própria situação de interlocução. Por outro lado, o receptor entende os sentidos que se referem à situação. Se alguém diante do carro parado, com o capô aberto, diz:

Droga! Mandei ver o motor semana passada, não precisa explicar que se trata do motor do carro. Da mesma forma, se isso for dito diante da enceradeira, a referência do termo *motor* será outra. Como a comunicação na escrita se dá fora da situação de interlocução, é preciso recriar a cena enunciativa, a situação, para que o receptor comprehenda quem está falando, que dia é que foi mencionado como *ontem*, quais são as referências situacionais dos sentidos. É por isso que, numa carta, por exemplo, é imprescindível que se mencionem o lugar e a data em que o texto foi produzido, que se assine o texto e que se contem todos os elementos situacionais cuja omissão não permite entender o sentido do que é dito.

b) Na fala, ocorre uma alternância dos papéis de falante e de ouvinte. O receptor pode interromper o emissor a qualquer momento e tomar a palavra. Este, por sua vez, usa certas estratégias para manter a palavra (por exemplo, prolongar uma vogal, enquanto procura uma palavra), busca anuência do interlocutor (diz, por exemplo, *né?*, *certo?*, *cê não acha?*), solicita-lhe colaboração (por exemplo, *como é mesmo que se diz?*), etc. Na escrita, não ocorre essa alternância de papéis. Mesmo quando nela se cria um diálogo, trata-se de uma simulação e não de um diálogo real com suas interrupções, superposições de vozes, tentativa de segurar a palavra, marcas da presença do outro, etc.

c) Na fala, o planejamento e a execução do texto são concomitantes. Por isso, o texto falado caracteriza-se por um grande número de pausas, frases truncadas, repetições, correções, períodos começados e abandonados para iniciar outro, desvios, voltas, acelerações. O texto escrito não apresenta marcas de planejamento e de execução. O produto é apresentando pronto ao leitor e não em elaboração como na fala. Na versão final do texto escrito são abandonadas as marcas da construção do texto. Nele, não aparecem hesitações, truncamentos, correções, etc.

d) Na fala, empregam-se períodos mais curtos e mais simples. Na escrita, eles são mais longos e complexos. Nesta, usam-se mais orações subordinadas. As unidades de sentido de um texto escrito são os parágrafos, os capítulos, etc. No texto falado, são os turnos (intervenção de cada falante) e os tópicos (assuntos de que se fala).

e) Na fala, há um grande envolvimento do interlocutor no texto do outro. Ele colabora em sua elaboração, participa dela com sugestões, diz que comprehendeu, assente na continuação, etc. Há uma série de marcadores conversacionais que servem para indicar esse envolvimento do interlocutor: *hum, hum!, certo!, claro!, ah, sim!*). O falante monitora o acompanhamento do interlocutor (por exemplo, *você está me entendendo?*). Essa participação do interlocutor é tão intrínseca ao texto falado que, quando, por exemplo, se fala ao telefone e a outra pessoa não diz nada, imediatamente se lhe pergunta: *alô, você está ouvindo?* No texto escrito, não há esse envolvimento da parte de um interlocutor.

Muitas pessoas dizem que, num texto escrito, podem-se admitir quando muito variantes lexicais, mas, em hipótese alguma, variantes de outros planos da língua, pois elas constituem erro. A questão é mais complexa. No trato com a variação, devemos substituir o par *certo/errado* pela dicotomia *adequado/inadequado*. Com efeito, cada variedade é mais adequada para uma determinada situação de interlocução. Por isso, na construção de uma personagem de um romance, por exemplo, não se pode atribuir-lhe aleatoriamente uma variedade lingüística. As variedades criam uma identidade para o narrador e para as personagens: por exemplo, não se faz um peão da fronteira do extremo sul do país falar como um adolescente carioca. Uma variedade cria um efeito de sentido, pois se ajusta a um lugar, a um tempo, a uma situação de interlocução, a um grupo social. Um bom falante da língua é o que sabe usar a variedade adequada à situação de comunicação. É tão inadequado dizer, num bate-papo de botequim, *Fi-lo ao meu alvedrio*, quanto, num depoimento na Câmara dos Deputados, afirmar *Fiz pruque me deu na teia*. O lingüista romeno Coseriu dizia que um bom falante é um "poliglota" em sua própria língua.

Não são idênticos, em termos de variação lingüística, os textos de José Simão, colunista de televisão da Folha de S. Paulo, e os editoriais desse jornal; uma carta a um amigo e um requerimento a um ministro; o jornal *Notícias Populares* e o *Estadão*, Camões e Jorge Amado.

É preciso compreender o fenômeno da variação e entender que escrita e fala são duas modalidades diferentes da linguagem, para daí tirar duas conclusões a respeito da produção dos textos escritos:

1. a menos que o texto escrito queira simular a fala, não deve aparecer nele nenhuma característica do texto falado: frases truncadas, marcas da presença de um interlocutor, sinais do planejamento e da elaboração, etc.;

2. os textos científicos, técnicos, jornalísticos só admitem a chamada norma culta; outros textos, para marcar a identidade de narrador ou de personagens, permitem o uso de outras variedades, desde que elas sejam adequadas à identidade que se quer construir (não se pode fazer um baiano falar como um gaúcho).

Como se disse acima, é o gênero do texto que determina se ele vai ser falado ou escrito. Temos gêneros que devem ser produzidos na modalidade escrita: os contratos, os artigos científicos, os documentos oficiais, os manuais técnicos; outros devem ser formulados na modalidade falada, como, por exemplo, o bate-papo, a conversa telefônica. No entanto, é preciso notar que há textos escritos com características da fala, como, por exemplo, os bilhetes e as cartas pessoais, em que o falante se expressa com informalidade, em que há intimidade e envolvimento emocional com o interlocutor, em que se transita de um assunto para o outro como que numa conversa. Por outro lado, há textos falados, como o sermão e a aula, em que há características da escrita, como a não participação do interlocutor na formulação do texto. É preciso ter bem presente que a fala e a escrita não constituem dois pólos completamente separados um do outro, mas formam um contínuo de gêneros, que vai do que é prototípicamente escrito até aquilo que é marcadamente falado. Entre esses dois pólos, existem gêneros intermediários, que misturam mais ou menos características da fala e da escrita.

Os gêneros da internet caracterizam-se exatamente pelo fato de serem textos escritos marcados pela oralidade e pela informalidade. Estão entre o oral e o escrito e é essa característica que determina muito de seu estilo.

A internet está fazendo que os textos sejam escritos de maneira bastante informal. No entanto, é preciso notar que, a partir do modernismo, a práxis enunciativa caminha no sentido de que os textos percam a solenidade, construída com um léxico preciosista e com uma sintaxe arcaizante. Entretanto, isso não quer dizer uma alteração da língua, é apenas uma mudança na maneira de composição dos textos escritos de certos gêneros (por exemplo, a comunicação comercial, corporativa), que estão tornando-se mais informais. Os textos da imprensa também se tornaram mais simples, perderam a formalidade, deixaram de empregar um vocabulário raro, precioso, etc. Basta, para comprovar isso, tomar textos da imprensa do início ou mesmo dos anos 40 e 50 do século XX e compará-los com os atuais. Observe-se a maneira como falam os locutores esportivos hoje e como falavam os mais antigos. Álvaro da Costa e Silva conta, na revista *Bundas* de 08/08/2000, que um locutor assim narrou a entrada do médico palmeirense em campo, a fim de atender Ademir da Guia:

Adentra o tapete verde o facultativo esmeraldino a fim de pensar a contusão do filho do Divino Mestre, mola propulsora do eleven periquito (2000, p. 33).

A criação de uma nova práxis enunciativa não altera qualquer coisa na língua. É um fenômeno de ordem discursiva.

Podemos agora dar uma resposta à primeira interpretação da questão sobre a influência maléfica da internet sobre o português: na rede, os usuários não se incomodam em escrever bem e isso é uma agressão à língua, é uma ameaça a ela e acabará por levá-la à descaracterização. Não é verdade. A internet não tem nenhuma influência sobre a gramática, o sistema fônico ou o fundo léxico comum. Não está contribuindo para sua alteração. As mudanças que estão em processo decorrem de outras causas. A internet está criando uma práxis enunciativa nova, que produz gêneros marcados pela oralidade e pela informalidade. Ademais, o fato de esses gêneros estarem entre os pólos da escrita e da oralidade faz com que a ortografia seja vista como uma representação da fala em sentido estrito, o que explica as características ortográficas da escrita na rede.

Vamos à segunda interpretação da questão colocada no título deste trabalho: a de que o inglês terá um domínio tão avassalador na internet que o português acabará deixando de existir.

O desaparecimento de uma língua não está condicionado somente pelo número de seus falantes. Evidentemente, se morrerem todos os falantes, a língua não permanece. No entanto, línguas que deveriam ter desaparecido não o fizeram, porque um idioma tem outras funções além de ser um simples instrumento de comunicação: ele é um instrumento de resistência ao invasor, como o português em Timor Leste, é a marca de identidade de um povo que se recusa à assimilação por outro, como o basco na Espanha e assim sucessivamente. O lituano, o estoniano e o letão, pelos critérios quantitativos e pelo esforço de russificação, deveriam ter desaparecido, mas não foi isso que aconteceu. Reviver o hebraico com a fundação do estado de Israel parecia algo implausível e, no entanto, foi feito.

Além do fato de que o português é falado por milhões de pessoas em diferentes países, ele é para seus falantes nativos o idioma em que, de fato, pensam, sentem, emocionam-se. Ele é o meio pelo qual seus falantes vêem o mundo, concebem a vida, sofrem, amam, conhecem, decepcionam-se, revoltam-se, resignam-se, desesperam-se, esperam... Enquanto seus falantes sussurarem palavras de amor em português, rezarem em português, exprimirem o prazer em português, fofocarem em português, fizerem piadas em português, comprarem e venderem em português, xingarem em português, maldizerem em português, nosso idioma não corre o risco de desaparecer apesar da importância avassaladora do inglês.

A internet vai acabar com a língua portuguesa? NÃO, NÃO, NÃO. A resposta afirmativa a essa questão deriva de uma concepção estreita do fenômeno lingüístico e de uma visão política conservadora.

Referências Bibliográficas

FONTANILLE Jacques e ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001, p. 171-202.

PONTE PRETA, Stanislaw. *Dois amigos e um chato*. São Paulo: Moderna, 1986, p. 34.

FONTANILLE Jacques e ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001, p. 171-202.